

depois, o que estava atrás dos aspectos superficiais: “E o comércio era estrangeiro. Daí a gravidade da situação, porque não só o comércio, como as casas bancárias, estavam em mãos de portugueses, como dessa nacionalidade já haviam sido os maiores importadores de negros até 1853. (...) A grande maioria das casas comerciais e bancárias, a cujas mãos se entregavam os fazendeiros em momentos de aperto, era de fato portuguesa. Não há estatística, mas se compreende o caso, em virtude da própria transição capitalista que trouxe a supressão do tráfico. Há, porém, uma referência sintomaticamente dolorosa, por mim colhida num folheto posterior àquela época, em que o autor aproveitava as estatísticas levadas a efeito no governo de Rio Branco. Outros números não poderiam dizer com maior clareza da situação em 1876. Ouçamo-los: de 10 264 contribuintes do Rio ao imposto de indústrias e profissões, 1791 apenas eram brasileiros, sendo 7394 portugueses e os restantes 1079 de outras nacionalidades; na estatística geral de casas comerciais do país (57 452), eram brasileiras 31 436, portuguesas 19 512 e de outras nacionalidades 6504. (*O Governo e o Povo*, 1877, Boisguillebert, pseudônimo de Manuel Tomás Alves Nogueira.) Tudo isso em 1876. O que seria, então, em 1864, em 56, em 40, ou nos dias tormentosos da Regência? E a crise continuaria. Como dizia, sob anonimato, esse mesmo folheto interessantíssimo, “a produção do café estava estacionária desde 1856, pois que nos anos de 1865, 67, 69 e 75, o aumento derivava, tão-somente, de colheita, sem nenhuma dilatação de cultivo de novas terras”.

Com a guerra do Paraguai ainda em curso, a imprensa começaria a refletir as inquietações. Em 1867, surge o problema das ordens religiosas: o *Correio Mercantil* pregava a dissolução delas; o *Cruzeiro do Sul* as defendia. Surgiriam, paralelamente, polêmicas interessantes como sintomas: sobre a obra de Renan, por exemplo, ardorosamente combatida por alguns, em esforço de refutação com muitos traços grotescos. Monsenhor Pinto de Campos aconselharia simplesmente a queima do livro. Discutia-se a invasão

e nada de lavoura e agricultura proveitosa para adiantamento produtivo. E não há dinheiro! E cada vez mais requerimentos para títulos, comendas, hábitos de toda cor e somas depositadas para se obterem estas mercês! E não há dinheiro! E cada vez mais botões de brilhantes em todo gênero de peitinhos, mais grossas correntes de ouro nos pescoços de machos e fêmeas, mais alfinetes de peitos, cabelos postiços, máquinas de tartaruga nos cascos, miçangas, sinxos, peitoris, espartilhos, fivelas de estanho, redondos de traseira, talas na frente, desde o peito até o umbigo, que nos hão de entisicar as filhas, as esposas e as netinhas e que nos trazem diáfonos os nossos filhos, que parecem já uns petimestres; estes de chicotinho na mão, aqueles com lençóis no pescoço; tais de óculos fixos, para irem cegando à moda, quais de luneta por efeito. . . Aqueles com peças de fitas a tiracolo afetando de grão-cruzes, aqueloutros com cadeias sem relógios, muitos com relógios nas cadeias!” (*A Astréia*, Rio, de 28 de agosto de 1830).